

A cidade narrada: a literatura como fonte para a história urbana

ANA CLAUDIA VEIGA DE CASTRO¹

Já se disse uma vez que “sempre existiu uma íntima ligação entre a literatura e as cidades”, pois é nas cidades que se encontram “as instituições literárias básicas: editoras, patronos, bibliotecas, museus, livrarias, teatros, revistas”. Além disso, também é nas cidades que se dão “as intensidades do contato cultural e as fronteiras da experiência”. É no espaço urbano que “as pressões, as novidades, os debates, o lazer, o dinheiro, a alta rotatividade das pessoas, os fluxos dos visitantes, o som de muitas línguas, a rápida troca de ideias e estilos, a oportunidade de especialização artística” se realizam. E essa ligação se afirmaria não apenas pelo fato de a cidade ser o local fundamental da circulação literária, mas também “porque o artista moderno, tal como seus semelhantes, foi capturado pelo espírito da cidade moderna” (BRADBURY, 1989: 77). Não à toa, o século 19 vê surgir um gênero literário novo, o romance, dando conta de práticas urbanas informadas pela revolução industrial e pelos seus efeitos. A literatura produzida então tornava-se indissociável dessa nova experiência urbana. Mas além do conjunto de experiências dos habitantes das cidades narrado pelos literatos, o que se nota nessas obras é que a própria cidade passava a ser, ela mesma, uma personagem, deixando de ser apenas palco ou cenário dos acontecimentos. Basta pensarmos aqui na Paris de Baudelaire ou Zola, na Londres de Dickens, na Petersburgo de Dostoiévski, na São Paulo de Mario de Andrade, no Rio de João do Rio, na Buenos Aires de Borges ou Roberto Arlt, entre tantos outros exemplos de autores que expressaram a sensibilidade moderna vinculada ao ambiente urbano e que formularam imagens de cidade que permanecem no nosso imaginário até hoje.

Desse modo, não parece estranho que se tome a literatura como uma fonte para os estudos históricos urbanos. Uma literatura que nasce entranhada no mundo urbano certamente contribui para o entendimento daquela realidade social. Ainda assim, é preciso ressaltar – como já mostraram os organizadores de um número da revista dos *Annales* dedicado a discutir a relação entre história e literatura – que a tradicional divisão entre o trabalho de historiadores e sociólogos que estudam a recepção e utilizações de obras, e o literário, destinado a sua gênese e interpretação, jamais se enfraqueceu. A despeito de haver um interesse renovado

¹ Professora Doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP) – Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto.

pelas conexões possíveis entre os dois campos nas últimas décadas, como os artigos enfiados nessa revista demonstram, os rendimentos dessa ligação continuam sendo em grande medida um desafio (ANHEIN & LILTI, 2010). O que se propõe aqui é justamente esboçar algumas considerações sobre esse problema, no que diz respeito especificamente à história urbana, ou o que vem sendo chamado mais propriamente de história cultural urbana.

Tradicionalmente, as fontes utilizadas pela história urbana se restringiam a uma literatura técnica e legal. Mas ao menos desde a década de 1980, os gêneros literários e os discursos não especializados – ensaio, narrativa, poesia, crônica de viagens, representação pictórica e cinematográfica, entre outros – foram sendo gradativamente incorporados ao catálogo das fontes documentais da história urbana, levando ao surgimento de um novo subcampo disciplinar: a história cultural urbana (RAMINELLI, 1997, ALMANDOZ, 2002). A discussão sobre a formação de um novo campo ou subcampo, entretanto, não é algo realmente assentado. Para o arquiteto e historiador argentino Adrián Gorelik, por exemplo, não se trata de uma nova disciplina – a história cultural urbana – mas de uma perspectiva de análise, que cruza diversos campos do conhecimento em busca de um olhar mais rico para a cidade. A citação é longa, mas esclarecedora:

“Tentar pensar a história cultural urbana como uma disciplina seria supor prolegômenos de leitura e *corpus* teóricos específicos, e me parece que isso é absolutamente impossível e até mesmo indesejável. Sempre se soube que não pode haver uma teoria da cidade, porque a cidade é um objeto aberto, multifacetado, que recusa toda intenção de redução teórica. Mas, se para os campos tradicionais de conhecimento urbano (como a sociologia urbana, por exemplo) isso sempre pareceu ser uma desvantagem, uma falha que deveria ser resolvida, a riqueza da história cultural urbana está no fato de que, pelo contrário, ela pode aproveitar o potencial que reside nessa ‘falha’ e, assim, obter uma visão muito mais rica da cidade. A história cultural urbana abre-se a todas as disciplinas que tenham algo a dizer sobre a cidade, e com isso redefine todas as questões que giram em torno dela: a literatura, a política, a sociologia, a arquitetura, que também acabam reformuladas ao passarem pelo filtro da cidade”. (GORELIK, 2009)

Obviamente, essa ampliação de fontes e os cruzamentos disciplinares enriquecem a leitura que se faz das cidades, mas nos resta pensar como isso se dá efetivamente. Sistematizando algumas formulações sobre o tema, podemos começar a discutir as potencialidades e os

limites que a literatura como fonte para o estudo da história da cidade colocam, precisando melhor a sua incorporação nesse acervo ampliado de fontes. Início recuperando brevemente minha dissertação de mestrado, na qual buscava-se compreender as imagens da São Paulo moderna na década de 1920, quase um *topos* da “identidade” paulista. Seguindo algumas intuições, mas também de acordo com as circunstâncias, foi por meio das crônicas de Menotti del Picchia escritas em e sobre São Paulo durante toda a década que pude enfrentar pela primeira vez o desafio de incorporar a literatura (nesse caso, as crônicas do poeta modernista) como fonte para a construção da narrativa histórica (CASTRO, 2005; 2009). Ao tomar aquele material como fonte privilegiada sobre as imagens da cidade nos anos 1920, fui tragada pelas ambivalências da *São Paulo moderna*, matizando conceitos e imagens sobre a cidade que pareciam cristalizados. Foi a existência de um *corpus* documental consistente – crônicas diárias sobre a cidade assinadas por Helios (pseudônimo de Menotti del Picchia) no jornal *Correio Paulistano* entre 1919 e 1930 – o que permitiu esboçar uma metodologia de trabalho para compreender o urbano que incorporava a dimensão simbólica, dando a ela um *status* tão importante quanto a dimensão material da cidade. Essa operação parecia ser fundamental para entender a modernidade e a modernização da cidade, seus meios e expressões, pois ao serem colocadas em perspectiva, as duas dimensões evidenciavam os descompassos e as complementaridades entre “discurso” e “realidade”, enriquecendo a compreensão do urbano e se afastando das explicações duais e excludentes que antepunham atraso e modernidade.

Num momento em que São Paulo começava a vivenciar o surgimento de extratos médios que consumiam e que a produziam, fosse como discurso, fosse como prática, era impossível não seguir a coluna de modas ou não dar atenção aos anúncios e à seção de fatos diversos publicados na mesma página das crônicas publicadas na coluna Crônica Social. Isso me levava a perceber como os temas da cidade estavam vinculados à formação de uma cultura urbana, explicitada naquele material tanto quanto nas crônicas que relatavam diretamente a “modernidade” paulista, da Semana de 22 e os embates entre os modernistas, à transformação do espaço urbano, com suas obras de embelezamento e remodelação. Entretanto, o elevado número de crônicas sobre os caipiras na cidade, ainda que retratados de maneira cômica e caricata, parecia revelar que uma realidade provinciana era ainda muito presente, fazendo parte mesmo da própria modernização da cidade. Um exemplo talvez ajuda a explicitar o ponto.

Na crônica “A odisseia do Belarmino”, publicada em 2 outubro de 1920, Menotti evidencia como a capital paulista atraía os caipiras do interior pelas oportunidades infinitas que parecia oferecer. Mas, ao procurar moradia, Belarmino, um infeliz coronel – personagem típico dessas crônicas, *o caipira do interior que não se adapta* – ele, que só queria se mudar com sua cara metade para a capital para poder acompanhar de perto as comemorações do Centenário da independência, que já começavam a ser preparadas, depara-se com uma situação que dava mostras que o crescimento intenso e desordenado imposto à cidade não ocorria sem consequências. Indo de um bairro a outro, Belarmino parece jamais achar algo decente:

“procura daqui, procura dali, vai pro Brás, vai pra Lapa, mexe pra cima, mexe pra baixo, e... [...] um horror! Um absurdo!, [...] Pois mal os jornais saem, compro logo para ver o ‘aluga-se’: Aluga-se na rua carioca uma ótima casa. Vasta, nova, para família de tratamento”. Mas, ele continua: “O preço já é o do sem-vergonha: quinhentos mil reis uma pocilga, seiscentos um cochicholo, setecentos um curral; oitocentos uma cuia... Imagine se meus colonos tivessem que pagar aluguel na fazenda! Eu hoje era um conde Matarazzo!” (HELIOS, 1920).

Helios, o cronista, pergunta então se era isso a causa de tanto abatimento:

“Pudera! Atrás dessas arapucas andei dois meses, gastei 5 pares de botas e dois contos de automóvel e bonde. Agora resolvi mandar buscar o Piquira que eu deixei em Piquiri, no pasto do Saturnino Goiaba. Vou começar a romaria a cavalo... / E a sua mulher?! / Quis se suicidar com uma lata de creolina... Quanto a mim, ou vou parar no Juqueri ou viro bolchevista!” (HELIOS, 1920).

Não se sabe se a mulher do Belarmino vai se suicidar porque não acham casa ou de vergonha do marido começar a ronda à cavalo em plena capital às vésperas do centenário, quando se preparava a maior exibição pública de progresso e civilidade. O fato é que a crônica nos coloca diante das dificuldades do caipira na cidade moderna e de todas as implicações dessa tal modernidade, seus descompassos e entraves, abrindo caminho para a compreensão mais efetiva do desenvolvimento urbano incoerente que se esboçava já no início do século. As imagens da cidade moderna eram eivadas dessas situações provincianas – ainda que tratadas de maneira cômica, insisto –, matizando a ideia de cosmopolitismo comumente identificada à

década 1920 paulista, a São Paulo dos imigrantes, a locomotiva do Brasil, o espaço do Brasil moderno por excelência.

Ora, se a literatura podia fornecer pistas para uma compreensão mais rica do “urbano”, no doutorado busquei estudar o livro de Richard Morse sobre a história de São Paulo, *De comunidade à metrópole: a biografia de São Paulo* (1954), republicado em 1970 como *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*, justamente pelo fato dessa clássica “história urbana” de São Paulo tomar dois movimentos literários como balizas temporais e, mais que isso, valer-se de autores e textos literários como fontes para a história da cidade (CASTRO, 2013). Ao buscar explicitar os pressupostos dessa história cultural urbana *avant la lettre*, parecia ser possível avançar na compreensão metodológica desse procedimento, por meio de uma obra concreta, um historiador que lançava mão da literatura em seu estudo, muito antes de qualquer sistematização disciplinar. Nesse sentido, a tese tenta explorar diversos caminhos, inclusive as reflexões do próprio autor, já que suas opções metodológicas não haviam sido construídas de maneira ingênua ou casual. Leitor de Lewis Mumford, Morse afirmava que o foco do estudo de uma cidade devia ser “o modo de vida da população”, ou, “a maneira como homem e meio interagem” (MORSE, 1949)². Sem fixá-la numa descrição rígida – pois que se corria o risco de reduzi-la –, o historiador norte-americano parecia apontar para a compreensão da cidade dentro de um processo de duração longa, definindo-a pela *vida urbana* que ali se estabelecera. Mas, é o que defendo na tese, foi ao encontrar em São Paulo Antonio Candido, no momento em que o jovem crítico e professor da Sociologia formulava suas interpretações sobre a formação da literatura brasileira, que esses pressupostos ganharam forma e conteúdo. No contato com o crítico, Richard Morse construiu o arco histórico da evolução urbana de São Paulo entre o Romantismo e o Modernismo, apoiando-se para tanto nas figuras de Alvares de Azevedo e Mario de Andrade e em seus escritos ficcionais e memorialísticos sobre São Paulo. A partir daí, ele monta sua tese sobre a evolução urbana de São Paulo – que teria uma imensa longevidade, diga-se.

Desse modo, o artefato urbano era alvo de análise, mas só se tornava inteligível quando visto também como campo de tensões, e, mais que isso, era por meio das suas representações (de onde a cultura ganhava centralidade na análise) que se podia chegar de forma mais direta a

² Trata-se do artigo “O pesquisador social e o historiador moderno”, publicado antes do fim da tese, no qual o autor estabelece seus pressupostos mais teóricos e de procedimentos, digamos assim.

esse entendimento. Como na cidade de São Paulo – parafraseando Morse – teria sido a partir do século 19 que as opiniões se fragmentaram, que o conceito de progresso fora assimilado, que a chegada de estrangeiros implicara na incorporação de novos valores, e que o espírito do novo tempo e o próprio desenvolvimento material havia levado seus habitantes a tomarem uma nova consciência de si mesmos, apenas o “talento” (a palavra é dele) do historiador é que poderia ser capaz de juntar estudos científicos e descrições de época para dar um sentido geral que se traduzisse numa narrativa histórica (MORSE, 1949: 42).

O que motivou essa comunicação foi poder retomar um pouco essas preocupações, de modo a avançar na compreensão, como disse, das potencialidades e dos limites da literatura como fonte para a história da cidade. Um caminho para isso, me parece, é olhar para a forma como outros pesquisadores lidaram com tais problemas. Nem sempre preocupados com a história das cidades *stricto sensu*, alguns trabalhos forneceram contribuições importantes para o entendimento das mesmas, formando uma espécie de “campo ampliado” da história urbana. Segundo a historiadora Lynn Hunt, “as palavras não reflet[e]m apenas a realidade social e política; [são] instrumentos de transformação da realidade” (HUNT, 1996). Essa via de mão-dupla que se estabelece através dos textos literários não é evidente nem constante, mas, ao notarmos que uma determinada literatura é sensível às transformações da cidade, não podemos esquecer que ela também trata de dar sentido a essa mesma cidade. O desafio é justamente identificar quais são os pontos de intersecção (e quais os momentos em que ocorrem), percebendo onde as distintas lógicas são igualmente potentes, refletindo sobre as relações entre cidade e sociedade, entre cultura material e história da cultura, nos diferentes tempos que as atravessam (GORELIK, 2009).

Pelos exemplos citados no início desse texto, é possível afirmar que as transformações do mundo a partir da revolução industrial – e a crescente urbanização advinda a partir daí – geraram uma literatura mais afeita a essas observações. Vou me deter aqui em dois exemplos hoje clássicos que lidam com essa literatura e que formulam hipóteses válidas para a história da cidade. São dois trabalhos que se detêm na passagem do mundo pré-capitalista para a sociedade industrial – e cujo objeto não é a cidade em si: no primeiro caso, a literatura; no segundo, a modernidade – mas que, ainda assim, parecem mostrar a partir do modo como operam as potencialidades da literatura para o entendimento do mundo urbano. Trata-se de O

campo e a cidade na história e na literatura (2009) de Raymond Williams³ e de *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade* (1990) de Marshall Bermann⁴.

Como o ponto de ambos não é a cidade, parece válido aqui gastar um tempo decifrando suas intenções. Primeiramente, o famoso e muito citado *O campo e a cidade*. Ao discutir a poesia e a prosa inglesa a partir desses dois polos espaciais, o campo e a cidade, Raymond Williams logrou elaborar uma compreensão da evolução capitalista, se quisermos chamar assim, que enriquece a compreensão da metrópole londrina e das metrópoles industriais que surgem inicialmente na Inglaterra e depois se espalhariam pelo mundo, mostrando de maneira sutil e precisa como há duas realidades sendo transformadas que não são a mesma coisa. “A experiência inglesa – dirá Williams – é especialmente significativa na medida em que uma das transformações decisivas nas relações entre campo e cidade ocorreu na Inglaterra muito cedo e num grau tão acentuado que, sob certos aspectos, não encontra paralelo. A Revolução Industrial não transformou só a cidade e o campo, ela baseou-se num capitalismo agrário altamente desenvolvido, tendo ocorrido muito cedo desde o desaparecimento do campesinato tradicional”, o que impactaria não apenas o mundo urbano mas todo o território (WILLIAMS, 2009: 12). Partindo dessa premissa, o crítico buscava olhar para o aparecimento das imagens rurais e urbanas na literatura, tentando precisar o momento em que ocorre uma transformação das mentalidades de modo a colocar no campo todas as potencialidades de um passado perdido frente à avassaladora transformação das cidades. E o que ele nota é que essa parece ser a característica da literatura inglesa desde há muito, podendo-se sempre voltar em busca de um passado idílico cada vez mais recuado no tempo. Esse um primeiro ponto de interesse, pois nos mostra como uma percepção de um mundo em transformação – que se exprime por meio dessa literatura – não tem lugar apenas com a revolução industrial, mas antes, sendo os literatos sensíveis a uma transformação de fundo que ia corroendo a ordem rural por dentro, antes mesmo da nova ordem urbana se fazer visível.

No decorrer das suas análises literárias, Williams também mostra que Londres não deveria ser compreendida como a “cidade industrial” no sentido que a expressão veio a adquirir

³ O livro é o resultado da reunião de diversos ensaios do autor, publicados em anos anteriores como artigos e apresentações de coletâneas, e palestras publicadas sob o título *The English novel from Dickens to Lawrence*. A primeira edição é de 1973.

⁴ Escrito como tese de doutorado entre 1972 e 1981, defendida na Universidade de Columbia, foi publicado em Nova York em 1982.

posteriormente, porque mesmo antes – ainda como um centro de manufatura e de distribuição – ela já se tornara uma cidade imensa, uma verdadeira metrópole. Posteriormente essa cidade passaria a abrigar as duas pontas do processo industrial, o menos e o mais especializado, e, a despeito dos avanços tecnológicos, cada vez mais o trabalho pouco especializado ganharia espaço, já que o setor têxtil (segmento particularmente importante para a economia inglesa) migraria para as regiões ricas em carvão no norte do país. Ainda assim, seguindo seu raciocínio, isso não impediu que a ela fossem atribuídos todos os significados da metrópole industrial. Se foram as novas cidades industriais, como Manchester, Birmingham ou Leeds as verdadeiras protagonistas do crescimento industrial, foi a grandiosidade de Londres “no tempo em que ela era única” que fez despertar a consciência de uma nova dimensão humana, um novo tipo de sociedade que genericamente ligamos ao mundo industrial (WILLIAMS, 2009: 247-259). E essa consciência se expressou e se tornou visível por meio da literatura. Assim, ao recorremos a essa literatura, abrimos as portas para a compreensão daquela cultura, que *dá e toma* forma naquele espaço urbano.

As novas cidades industriais, por outro lado, “eram outra coisa”. Embora ainda emergentes, elas anunciariam de modo muito mais decisivo o novo caráter da cidade e as novas relações entre cidade e campo⁵. Esse caráter seria imortalizado por Dickens na famosa Coketown:

“algumas ruas grandes, todas muito parecidas, e ruas muito pequenas, ainda mais parecidas, habitadas por pessoas igualmente parecidas, que chegavam e saíam todas as mesmas horas, fazendo o mesmo som nas mesmas calçadas, para fazer o mesmo trabalho, e para quem todos os dias eram iguais à véspera e ao dia seguinte, e todos os atos eram a imagem do ano anterior e do subsequente” (DICKENS apud WILLIAMS, 2009: 260).

Obviamente a história desse período é estudada por muitas e muitas fontes, mas a síntese expressa por Charles Dickens nesse parágrafo é mobilizada pelo crítico pela força da própria imagem, revelando de maneira direta e condensada a realidade do mundo industrial inglês com seu peso esmagador sobre os homens. Se a cultura é experiência ordinária, que designa os significados comuns a uma sociedade humana, seus modos de vida usuais e, também, a sua produção artística e intelectual, a literatura, entendida como parte da cultura, traz elementos

⁵ O autor lembra que Londres experimentara um crescimento de 20% entre 1821 e 1841, as cidades industriais do norte cresceriam no mesmo período mais de 40%.

fundamentais para a compreensão desse mundo social. A partir do conceito de “estrutura de sentimento” (como as práticas sociais e os hábitos mentais se coordenam com as formas de produção e de organização socioeconômica, que por sua vez as estruturam em termos de dar sentido à experiência do vivido), no lugar do termo ideologia, Raymond Williams dá um valor estrutural (e de transformação social) às quase sempre desqualificadas questões de ordem “sentimental”⁶.

Marshall Bermann, por sua vez, está preocupado em construir uma imagem da modernidade. Como ela se dá em território urbano, nada melhor que escolher espaços físicos e recortes temporais distintos e, pela literatura, mostrar como isso ocorre. Para Bermann, a modernidade se revela pela ambivalência de significados que pode incorporar, propondo de início uma periodização em três fases. Ainda que esquemática, ela serve para que o autor selecione seus autores: Goethe, Marx, Baudelaire, Puchkin, Dostoievski, mas também Gogol e Mandelstan; suas cidades: Paris, São Petesburgo, Nova York; e seu foco central: o estabelecimento da cultura moderna, ou do modernismo. Na sua compreensão, há um primeiro momento – que vai do início do século XVI até o fim do século XVIII – que é quando as pessoas estão começando a experimentar a vida moderna. É justamente o período em que se estabelece o capitalismo mercantil, quando as economias e as nações europeias se formam como estados nacionais e lentamente se desestrutura o mundo feudal. Esse o período que a leitura do livro de Goethe ajuda a compreender: “O *Fausto* começa num período cujo pensamento e sensibilidade os leitores do século XX reconhecem imediatamente como modernos, mas cujas condições materiais e sociais são ainda medievais (...)” (BERMANN, 1990: 40). Em seguida, um segundo momento aparece ligado à Revolução Francesa, às suas consequências e reverberações, quando a população (sobretudo francesa, mas com reflexos no resto da Europa) compartilha a experiência revolucionária tomando consciência de viver em um momento novo, material e espiritualmente, mas que ainda não rompeu totalmente com o mundo anterior. Para Bermann, é esse o momento em que se flagra os desdobramentos da ideia de modernismo e modernização, que se estabelecem ao longo do século 19. A leitura de Marx e em seguida de Baudelaire esmiúçam as contradições do capitalismo em gestação, em seguida confrontada com o que ele chama de “modernismo do subdesenvolvimento”, da periferia do capitalismo, a velha Rússia entre o Ocidente e o Oriente. E o terceiro momento, que ele localiza no século 20, ocorre quando esse processo de modernização se expandiu a

⁶ Para uma visão detida sobre a obra do crítico inglês, cf. CEVASCO, 2001.

ponto de abarcar o mundo todo, ainda que com especificidades a partir das experiências locais (processo, que se a gente quiser, ainda está em curso). Bermann se volta então para Nova York, a sua cidade natal, e para o projeto de transformação levado adiante por Robert Moses, uma modernização avassaladora e destruidora. Para Bermann, tanto as cidades quanto a literatura que se produz nelas falam dessa modernidade. Ou melhor, a qualificam, revelando de maneira mas precisa suas ambivalências, sua forma de ser nos países centrais e nos periféricos. Nesse sentido, modernidade e experiência urbana formam um binômio de dupla implicação. A cidade, que se constitui como questão fundamental para os modernos, tornou-se uma paisagem inevitável, polo de atração e de repúdio paradoxalmente. E a literatura explorada por Bermann parece qualificar essa experiência, dando corpo a essa percepção.

E por aqui, como essas discussões se incorporaram nos trabalhos sobre as cidades? A renovação historiográfica que levara à ampliação das fontes, abordagens e métodos utilizados nos percursos históricos em geral⁷, implicou também aqui na expansão do espectro de preocupações sobre as cidades e a sua história. Entre os arquitetos e urbanistas dedicados à história urbana, as cidades passavam a ser compreendidas não apenas como artefatos construídos, seu atributo mais intrínseco, mas também como campo de conflitos e de significações. Aos historiadores e cientistas sociais, mais acostumados a lidarem com os fenômenos sociais, fazia-se necessário incluir a dimensão material das cidades, percorrendo-as no sentido inverso. A cultura material seria cada vez mais incorporada ao rol de preocupações dos cientistas sociais, mais afeitos à documentação escrita. Em ambos os campos, portanto, ao se examinar as formas materiais e simbólicas das cidades nas suas figurações literárias, discutia-se e se problematizava a ideia de cidade como *locus* da modernidade, realçando-se a ambivalência desse conceito. Trabalhos como os de Nicolau Sevcenko sobre o Rio e São Paulo – *Literatura como missão* (1983) e *Orfeu extático na metrópole* (1992) –, ou os de Flora Süssekind, *As Revistas de Ano e a invenção do Rio de Janeiro* (1986) ou *Cinematógrafo de Letras* (1987), eram frutos dessa concepção do fazer

⁷ Segundo Sandra Pesavento, a virada nos estudos históricos produzida pela história cultural pode ser situada à “mudança nos anos 1970 ou mesmo um pouco antes, com a crise de maio de 1968, com a guerra do Vietnã, a ascensão do feminismo, o surgimento da New Left, em termos de cultura, ou mesmo a derrocada dos sonhos de paz no mundo pós-guerra. Foi quando então se insinuou a hoje tão comentada crise dos paradigmas explicativos da realidade, ocasionando rupturas epistemológicas profundas que puseram em xeque os marcos conceituais dominantes na História” (PESAVENTO, 2005: 8). De acordo com a autora, as duas principais posições interpretativas da história criticadas foram o marxismo e os Annales, muito embora parte das inovações, das quais derivam a nova história cultural, tenham sido produzidas justamente no interior do marxismo inglês e na “nova” nova história francesa.

histórico que tomava a cidade como um campo de interesse, não apenas como cenário. Também Robert Moses Pechmann ou Maria Stella Bresciani lançaram considerações sobre o urbano buscando nos textos ficcionais matéria de reflexão. Também aqui, a virada do século 19 para o 20 aparecia como momento privilegiado para essa forma de abordagem, fazendo da literatura uma importante fonte de leitura da cidade.

Mas se a discussão vinha informada pela renovação historiográfica nos países centrais, que aproximava a história dos demais campos do pensamento, notadamente a antropologia e a teoria literária, não se pode deixar de nomear outra vertente, a sociologia. Penso aqui na fundamental contribuição do crítico Antonio Candido na incorporação da literatura como forma de entendimento social. O crítico, sociólogo de formação, que publicara o livro *Literatura e Sociedade* (1972) reunindo artigos escritos na década de 1960, justamente problematiza essa ligação ao fornecer elementos importantes para a reflexão. O artigo “A literatura e a vida social”, em especial, elencaria formas de entendimento do problema, que podem ser melhor compreendidas por exemplo na leitura do seu famoso ensaio “A dialética da malandragem” (1970)⁸.

Como se percebe por essas breves considerações, o assunto está longe de qualquer passividade. O que é necessário refletir com mais acuidade é como incorporar a literatura de modo a trazer novos elementos de compreensão das cidades, e não apenas dizer pela literatura o que se sabe por outras fontes. Tendo iniciado um projeto de pesquisa cuja intenção de fundo é aprofundar essa reflexão, busco ampliar o território de preocupações para as cidades latino-americanas⁹. A partir dos escritos de Angel Rama, nota-se uma espécie de *boom* literário nos anos 1940 e 1950, cujo mote é a urbanização do continente, seus conflitos e consequências. O que essa literatura nos ensina sobre essas cidades? Tomando de empréstimo o título do famoso livro de José Luis Romero – *As cidades e as ideias* –, esta pesquisa pretende olhar para as cidades latino-americanas a partir da discussão de uma possível identidade latino-americana que se forja na urbanização do continente e que parece ter entre os anos 1930 e 1960 um momento privilegiado para análise. Por meio da literatura encravada no conflito

⁸ Por meio da análise literária do livro *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antonio de Almeida, Candido dissecou a formação do Brasil moderno e seus impasses, e, ao falar da sociedade escravista carioca traz elementos para a compreensão da vida naquela cidade, ou nas cidades brasileiras, se quisermos. A questão, obviamente, valeria outro artigo.

⁹ Trata-se do projeto *As cidades e as ideias: A América Latina como problema para a história da cidade e do urbanismo entre práticas e discursos (1930-1960)*, 2014.

urbano que emerge com força nesse período, fruto do trabalho de uma geração de escritores que se firma no continente rompendo com as identidades nacionais, e colocada em perspectiva ao debate especializado dos arquitetos e urbanistas unidos em torno de organismos que elaboram e difundem políticas urbanas de maior alcance para o continente, pretende-se entender a “cidade latino-americana” como ideia e como prática, discutindo ao mesmo tempo como as cidades engendram discursos e como elas são engendradas por eles. Se a proposta subjacente à história cultural é “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2005: 42); se a literatura de ficção pode ser compreendida como “um documento que abre portas para a sua cultura” (GAY, 2009: 15); parece evidente a potência dessas fontes para se escrever uma história cultural urbana das cidades latino-americanas. O que se pretende aqui é lançar algumas questões para aprofundar o debate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMANDOZ, Almandoz, “Notas sobre historia cultural urbana. Una perspectiva latinoamericana”, *Perspectivas urbanas/Urban Perspectives*, ETSAV, Barcelona, n.1, 2002, pp. 29-39.
- ANHEIN, Étienne & LILTI, Antoine, “Savoirs de la littérature: Introduction”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Paris: Editions de l’E.H.E.S.S., 65e année, 2010/2, pp. 253- 260.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRADBURY, Malcon, “As cidades do modernismo”. In: BRADBURY, Malcon e MCFARLANE, James (Orgs.), *Modernismo: Guia geral (1890-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CANDIDO, Antonio, “A literatura e a vida social”. In: *Literatura e Sociedade*. São Paulo: T. A. Queiróz, 1972.
- CASTRO, Ana, “Moderna, nacional, estrangeira. A imagem de São Paulo nos anos 1920 nas crônicas de Menotti del Picchia”. Dissertação (Mestrado). FAU USP, São Paulo, 2005.

- _____, *A São Paulo de Menotti del Picchia: arquitetura, arte e cidade nas crônicas de um modernista*. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.
- _____, “A formação da metrópole pelo olhar de Richard Morse: uma história cultural de São Paulo”. Tese (Doutorado), FAU USP, São Paulo, 2013.
- _____, “As cidades e as ideias. A América Latina como problema para a história da cidade e do urbanismo entre práticas e discursos (1930-1960)”. Projeto de Pesquisa. FAU USP, 2014.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- GAY, Peter. *Represálias selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GORELIK, Adrian, “Cultura urbana sob novas perspectivas – entrevista de Ana Castro e Joana Mello”, *Novos Estudos*, Cebrap, São Paulo, n. 84, 2009, pp.235-49.
- HELIOS (Pseudônimo de Menotti del Picchia), “A odisseia do Belarmino”, *Correio Paulistano*, São Paulo, 2/10/1920, p. 4.
- HUNT, Lynn, “História, cultura e texto”. In: *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 1-29.
- MORSE, Richard, “O pesquisador social e o historiador moderno”, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 113, 1949, pp.36-52.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- RAMINELLI, Ronald, “História urbana”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e método*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp.185-202.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura* (1973). São Paulo: Cia das Letras, 2011.